



Linguística da enunciação e ergologia: um diálogo possível¹

Enunciation perspective and ergology: A possible dialogue

Marlene Teixeira
marlenet@unisinos.br
Éderson de Oliveira Cabral
eder108@yahoo.com.br

Resumo: Este texto propõe que a perspectiva enunciativa de estudo da linguagem de Émile Benveniste apresenta pontos de contato com a ergologia (Schwartz, 2000), podendo com ela dialogar em investigações sobre a atividade de trabalho. A ergologia interessa-se pelo trabalho como atividade efetivamente realizada por sujeitos, entendendo o termo "atividade" como uma dialética entre duas dimensões da atividade humana que estão ligadas no trabalho: o dizer e o fazer. A linguística da enunciação interessa-se pelo ato de tomada da palavra, entendendo que a língua fornece um sistema formal de base (um conjunto de normas) que o falante, quando a utiliza, arranja num estilo particular (renormaliza). Ambos os saberes não se detêm em observar somente regularidades, mas, particularmente, focalizam os efeitos da intervenção sempre singular do sujeito no uso da linguagem/na atividade de trabalho. Uma análise de verbalizações sobre a atividade de trabalho é trazida para ilustrar as considerações teóricas.

Palavras-chave: ergologia, enunciação, atividade de trabalho, singularidade, norma, renormalização.

Abstract: This article proposes that elements of the enunciative perspective of Emile Benveniste language studies can be theoretically related to Ergology (Schwartz, 2000) in researching the work activity. Ergology is interested in the work as an activity carried out effectively by individuals, understanding the term "activity" as a dialectic between two dimensions of human activities that are connected at work: saying and doing. From the enunciative perspective the talking subject uses the formal base system of the language in a particular way. The subject, therefore, re-normalizes the language norms or rules. It is argued that both theoretical fields do not focus only on regularities but they are especially concerned with the effects of the singular intervention of the individual in relation to language/work activity. An analysis of the verbalization in the work activity is presented in order to illustrate the theoretical argument developed.

Key words: ergology, enunciation, work activity, singularity, norm, renormalization.

¹ Texto apresentado na *III Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes no/do Trabalho: Interfaces entre Ergologia, Linguagem e Educação* (Unisinos, outubro de 2008). O que aqui está formulado não teria sido possível sem a contribuição dos bolsistas de Iniciação Científica Aroldo Garcia dos Anjos (BIC/FAPERGS) e Deizi Daiane Habitzreiter (UNIBIC/Unisinos), integrantes do grupo de pesquisa coordenado pela professora Doutora Marlene Teixeira (Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada/Unisinos).

Introdução

Estarmos hoje em contato com saberes interessados em pensar o que acontece na atividade de trabalho é resultado do exercício de colocar a linguística em diálogos que transcendam o que se tem considerado como seu escopo disciplinar.

Isso implica movimentar-se na direção daquilo que a linguística deixou por muito tempo como um “resto” impossível de ser integrado a seu objeto para não corromper um ideal de ciência, pautado pelo rigor, pela universalidade, pela lei geral, pelo repetível: o investimento subjetivo na linguagem; a imprevisibilidade que está colocada quando a língua sai pela boca de alguém para se “precipitar em discurso” (Dufour, 2000).

A linguística da enunciação², campo em que situamos nossos estudos, acolhe esse “resto” no âmago de seu objeto, isto é, descreve a linguagem em relação à singularidade do uso feito pelo sujeito que enuncia em uma dada situação. Mostra-se, assim, aberta ao diálogo interdisciplinar.

O envolvimento com uma linguística sensível à questão da subjetividade, aliada ao desejo de ultrapassar o isolamento disciplinar foi o que determinou nosso encontro com os estudos ergológicos sobre a atividade de trabalho. Esses estudos resultam de uma tradição de mais de 15 anos de investigações coletivas sobre o objeto “trabalho”, realizadas pelo dispositivo APST (*Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail*), que iniciou suas atividades nos anos 80, na Universidade de Provence (Aix-Marseille I), na França, com o filósofo Yves Schwartz, o linguista Daniel Faïta e o sociólogo Bernard Vuillon.

A reflexão de Yves Schwartz a respeito da “enigmática alquimia humana” que se dá no “coração do trabalho”, entendido como uma “dramática do uso de si por si e uso de si pelos outros”, produziram uma genuína inquietação e uma imediata relação de *transferência teórica*³. Algo ali soava de modo familiar a ouvidos acostumados a escutar ressonâncias da subjetividade na linguagem, instigando-nos a tentar um diálogo. Os pontos de contato parecem, de fato, nítidos.

A ergologia interessa-se pelo trabalho como atividade efetivamente realizada por sujeitos, entendendo o termo “atividade” como uma dialética entre duas dimensões da atividade humana que estão ligadas no trabalho: o dizer e o fazer, isto é, entre a prescrição e o que efetivamente acontece. A perspectiva ergológica ensina que a atividade de trabalho é social, coletiva, normalizada, mas, ao mesmo tempo, engaja experiências subjetivas, que tendem a redefinir permanentemente os procedimentos. É o lugar de um jogo de reciprocidades entre o geral e o singular.

A linguística da enunciação interessa-se pelo ato de colocar a língua em funcionamento, pelo modo particular como o homem *apropria-se* dela para se relacionar com o outro e com o mundo. Considera que a língua fornece um sistema formal de base (um conjunto de normas) que o falante, no ato de enunciação, arranja num estilo particular (renormaliza). Oferece também meios para a identificação, na matéria linguística, de marcas da subjetividade no enunciado.

Tanto a linguística da enunciação quanto os estudos ergológicos reco-

nhecem que a regularidade é inerente ao campo da linguagem/à atividade de trabalho. No entanto, observar só as regularidades é neutralizar o objeto a conhecer. É preciso olhar para a intervenção sempre singular do sujeito no ato de linguagem/na atividade de trabalho.

O investimento no dispositivo ergológico requer um tempo de maturação para apreensão de seus princípios e métodos de abordagem pelo redimensionamento da questão do saber que ele provoca. Fundamental nesse processo foram os encontros com Maria Clara Bueno Fischer e as discussões semanais, feitas na disciplina Práticas de Pesquisa em 2007 (PPG em Educação – Unisinos), proposta por ela para aprofundamento dos estudos da teoria de Yves Schwartz, um dos idealizadores do enfoque ergológico. Mas, talvez, não tenhamos ainda avançado muito, em conjunto, na discussão do engajamento do linguista na análise pluridisciplinar de situações de trabalho. E é exatamente desse aspecto que aqui vamos tratar.

A nosso ver, os estudos enunciativos têm duas contribuições a dar aos outros campos, a primeira, de caráter mais amplo, no âmbito teórico, é uma concepção de linguagem; a outra, mais específica, no âmbito da prática, relaciona-se ao fornecimento de ferramentas para a análise da materialidade linguística propriamente dita. Ou seja, a competência disciplinar do linguista pode auxiliar a manipular tanto conceitos, como os de *linguagem, língua, discurso* etc., como procedimentos de análise de formas linguísticas presentes nos discursos tomados como objeto de pesquisa.

No início deste texto, focalizamos alguns princípios da teoria da enunciação de Émile Benveniste, aquele

² A denominação *linguística da enunciação* é proposta por Flores e Teixeira (2005) para reunir um conjunto de teorias que, embora diferentes, têm em comum o fato de levarem em conta, de um ou de outro modo, a subjetividade, não como elemento acessório, mas como parte essencial da descrição linguística. Os autores incluem nesse conjunto teorias como as de Benveniste, Ducrot, Bakhtin, Authier-Revuz, entre outras.

³ A expressão é de Amorim (2001).

que é considerado o fundador desse campo de estudos no âmbito da linguística. Acreditamos que esses princípios possam auxiliar a compreender a relação problemática entre o dizer e o fazer de que fala Schwartz. Em seguida, procuramos mostrar como se podem aliar os saberes da linguística da enunciação e da ergologia na análise do modo como funcionários de um estabelecimento de entretenimento e diversão nomeiam sua atividade⁴.

Bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver⁵

É preciso, desde este ponto, fazer um esclarecimento a respeito do que se entende por *linguagem*, termo que não recobre o mesmo sentido de *língua* na perspectiva que estamos trazendo⁶. Num de seus artigos mais célebres, Benveniste (1988, p. 284-285) recusa a ideia de que a linguagem é um instrumento de comunicação, por considerá-la simplista. Para ele,

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou [...]. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (Benveniste, 1988, p. 285).⁷

No sistema de pensamento de Benveniste (1988, 1989), *linguagem* não é sinônimo de *língua* nem se confunde

com *discurso*. Ele a entende como faculdade simbólica inerente à condição humana; apresenta-a como condição da existência humana e, como tal, sempre referida ao outro, porque é sob a condição da intersubjetividade que o sujeito se institui na/pela linguagem. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (Benveniste, 1988, p. 286), afirma o linguista, acrescentando que “a consciência de si só é experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*”. “A linguagem exige e pressupõe o outro” (Benveniste, 1989, p. 93).

Do exposto até aqui, dois princípios da teoria benvenistiana podem ser apreendidos: a indissociabilidade entre linguagem e homem; o caráter intersubjetivo do ato enunciativo.

Esse segundo princípio nem sempre é tributado ao autor, apesar de evidenciado em inúmeras passagens, entre as quais a que segue:

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Essa característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação (Benveniste, 1989, p. 87, grifos do autor).

A intersubjetividade tomada como constitutiva da subjetividade não permite supor um emissor e um receptor ideais. Por essa razão, pode-se afirmar que a ideia de comunicação que atravessa o pensamento de Benveniste (1989) não se identifica com a das teorias da informação, para as quais comunicar significa essencialmente transmitir mensagens.

A superação da visão instrumentalista/referencialista de linguagem⁸, a consideração da interferência do sujeito no ato de tomada da palavra – não um sujeito causa de si, mas um sujeito constituído na/pela alteridade – parecem-nos essenciais para compreender por que, na situação de trabalho, há sempre descompasso entre o dizer e o fazer.

O dizer não recobre o fazer⁹: a especificidade da linguagem humana

Para avançar um pouco mais na compreensão do que efetivamente caracteriza a linguagem humana, é interessante pensar no que ocorre no processo de comunicação animal. Todos nós sabemos que a faculdade de linguagem é frequentemente atribuída aos animais, não só pelo senso comum, mas também por pesquisas feitas no campo da zoologia.

Será que se pode dizer que os animais estão na linguagem da mesma forma que os humanos? Em texto de 1952, Benveniste discute uma pesquisa¹⁰ sobre a troca de mensagens entre abelhas, tida como a mais organizada forma de comunicação

⁴ Esta análise integra o trabalho de Cabral (2008).

⁵ A afirmação é de Benveniste (1989, p. 222).

⁶ Mesmo que muitas vezes Benveniste utilize um termo no lugar de outro, a compreensão do conjunto de seus textos impede ver sinonímia entre *linguagem*, *língua* e *línguas* ou mesmo hierarquização de valor (Flores, 2008b).

⁷ É claro que Benveniste não quer, com essas palavras, negar que haja “comunicação” entre os humanos. A noção de comunicação é um dos elementos fundamentais construído por sua teoria da enunciação, sendo objeto da segunda parte dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral* (Dessons, 2006, p. 43).

⁸ Trata-se da visão de linguagem como simples instrumento de representação das coisas, a partir da crença de que há relação direta entre a palavra e a realidade que ela nomeia.

⁹ A afirmação é feita por Schwartz (2000, 2007).

¹⁰ Essa pesquisa decorre de experiências realizadas trinta anos antes pelo professor de Zoologia Karl von Frisch da Universidade de Munique.

animal. Essa pesquisa observa, numa colmeia transparente, que a abelha, depois que volta de uma descoberta de alimento, é imediatamente rodeada pelas outras abelhas que estendem, na sua direção, as antenas para recolher o pólen que ela carrega e para absorver o néctar que ela vomita¹¹. Depois, seguida pelas companheiras, executa danças, que consistem em traçar círculos horizontais da direita para a esquerda, depois da esquerda para a direita, sucessivamente, ou em imitar o símbolo gráfico representativo do número oito (8), acompanhada por uma vibração contínua do ventre.

Após essas danças, uma ou mais abelhas saem da colmeia em direção à fonte que a primeira havia visitado. Na volta, fazem as mesmas danças e novas abelhas se dirigem ao mesmo local da fonte. Os dois tipos de dança constituem-se como verdadeiras mensagens pelas quais a descoberta é assinalada à colmeia. Não há mal entendidos na comunicação das abelhas porque os “signos” são unívocos.

Benveniste (1988, p. 64) considera que, em alguns pontos, a comunicação das abelhas se assemelha à comunicação humana. Por exemplo, elas manifestam aptidão para simbolizar, isto é, capacidade de formular e interpretar um “signo”. Suas danças põem em ação um simbolismo verdadeiro, embora rudimentar: dados objetivos são transpostos em gestos formalizados, que comportam elementos variáveis e de “significação” constante. O sistema dessa

comunicação é válido no interior de uma comunidade determinada e cada membro dessa comunidade encontra-se em condições de empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos.

No entanto, para Benveniste (1988, p. 65), essas semelhanças não autorizam a dizer que as abelhas têm uma verdadeira linguagem. Há diferenças consideráveis entre a linguagem das abelhas e a linguagem humana. Enumeramos as mais significativas para a compreensão do que efetivamente caracteriza a linguagem humana.

A “linguagem” das abelhas não se deixa analisar, não se reduz a elementos identificáveis e distintos (não pode ser decomposta em morfemas¹² ou fonemas¹³, por exemplo); na linguagem humana, os elementos se combinam segundo regras definidas, isto é, um número finito de fonemas/um número reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações.

Mas o aspecto mais interessante a destacar é que as abelhas não conhecem o diálogo, condição essencial da linguagem humana. O processo de comunicação desses animais leva a uma conduta, não a uma resposta. Como não há diálogo, a comunicação se refere apenas a um dado objetivo; não há comunicação relativa a um dado linguístico. Logo, a mensagem da abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela própria os fatos que a primeira anuncia: a abelha não constrói uma mensagem sobre outra mensagem¹⁴. Nesse sentido,

a linguagem humana é única, na medida em que propicia um substituto da experiência, adequado para ser transmitido indefinidamente no tempo e no espaço. Além disso, a linguagem humana permite estágios complicados, como relatar a fala de outro graças ao estilo direto, indireto ou indireto livre, retomar uma palavra considerada mal compreendida, retransmitir uma mensagem.

Realçamos aqui o fato de que, enquanto a comunicação animal é desprovida de alteridade, a interação humana é indissociável da dimensão alteritária pela qual “os indivíduos se constituem em sujeitos no processo de troca dialogada” (Dessons, 2006, p. 45).

Dessas considerações pode-se depreender que a “dança” dos humanos em direção ao “mel”, por mais que se execute a partir de uma base comum (um código compartilhado), abre-se para uma gama infinita de possibilidades que não se deixam apreender por uma operação de simples deciframento. Há algo de incontornável no movimento do homem em direção ao significado.

Algumas observações feitas por Lacan (2003, p. 40-43) sobre sua cadela, Justine, podem ajudar a compreender melhor esse “incontornável”. Ele afirma que, sem nenhuma dúvida, ela fala¹⁵, não o tempo todo, como acontece com os humanos, mas somente nos momentos em que sente necessidade de falar. Como Justine é uma cadela *boxer* sem “nada de extraordinário”, que poderia pertencer a cada um

¹¹ O relato dessa pesquisa por Benveniste é próximo do que está em Teixeira e Ferreira (2008).

¹² O morfema designa o menor elemento significativo individualizado num enunciado, que não se pode dividir em unidades menores sem passar ao nível fonológico. Por exemplo, *-mos* em *trabalhamos*, *in-* em *inválido*.

¹³ Cada língua apresenta, em seu código, um número limitado e restrito de fonemas, que se combinam sucessivamente, ao longo da cadeia da fala, para constituir os significantes das mensagens. O fonema é frequentemente definido como a unidade distintiva mínima. Por exemplo, o fonema do português /a/ se opõe a /i/ e /e/, pois substituindo, em *v~~a~~la*, /a/ por /i/ e /e/, tem-se sucessivamente *v~~i~~la* e *v~~e~~la* (Dubois *et al.*, 1995, p. 280).

¹⁴ Authier-Revuz (2008), comentando esse texto, entende que uma das propriedades essenciais da linguagem humana destacada por Benveniste (1988) é a reflexividade. É nessa capacidade de não limitar a linguagem à representação do mundo, mas em produzir “significância sobre significância”, em fazer proliferar a linguagem sobre si mesma, que reside o específico da linguagem humana. Sobre a relação metalinguagem/subjetividade na enunciação, ver Authier-Revuz (1995).

¹⁵ Lacan (2003, p. 40-43) se refere a pequenos gemidos guturais, a toda uma gama de mecanismos de tipo propriamente fonatórios de que os cães fazem uso em momentos de intensidade emocional, acompanhados de “um certo tremor no lábio, especialmente no superior, sob o focinho”.

de nós, podemos considerar que a propriedade da fala seria inerente a cães de um modo geral?

Dizer que Justine fala não significa admitir que ela tenha a linguagem. O que acontece é que ela “tem a palavra sem ter a relação humana com a linguagem”. Observe-se que ela só fala por necessidade; não tem, como nós, o “prazer da conversação” (Lacan, 2003, p. 43)

Observadas de fora, as manifestações de amor de um cão podem ser consideradas ameaçadoras. No entanto, algumas palavras do dono fazem tudo reencontrar a ordem. Isso mostra que, contrariamente ao homem, “minha cadela me reconhece enquanto eu mesmo” (Lacan, 2003, p. 52). Para ela, “sou eu que estou ali”. “Não parece que sua relação com a linguagem lhe dê acesso ao grande Outro”¹⁶ (Lacan, 2003, p. 42). Na sua “fala”, não existe senão o pequeno outro. Para o ser humano, contudo, um animal de estimação pode representar alguém que acaba de perder, “quer se trate de um membro da família ou de seu grupo, o chefe ou não, o presidente de uma sociedade, ou qualquer outro” (Lacan, 2003, p. 46). Nas interações humanas, há algo de enigmático que resiste a toda tentativa de objetivação: uma série de projeções, de antecipações da posição do interlocutor.

Os comentários de Lacan (2003) sobre Justine nos levam a encontrar mais um elemento para explicar a opacidade que caracteriza os encontros humanos, a dimensão inconsciente, reconhecida por Schwartz (2007, p. 146) quando ele aponta algumas razões para explicar a relação problemática entre linguagem e atividade:

[...] penso que há um inconsciente de tipo, digamos, psicanalítico, um pouco o inconsciente freudiano, se quisermos, que atua na nossa vida de trabalho como atua na nossa vida em geral. E, nesse caso, de certa forma trata-se, eu diria, de um bloqueio positivo, que faz com que haja resistências ao acesso à linguagem.

“Não podemos pôr tudo em palavras”, diz Schwartz (2007, p. 145). De fato, as palavras não dão conta, elas não são transparentes, elas sofrem “desvios” de toda ordem no trajeto até aqueles a quem se dirigem.

A língua que tomamos como “instrumento de comunicação” frequentemente erra o alvo, nos escapa. Ou, para utilizar as palavras de Henry (1992), é uma *ferramenta imperfeita*, cujos efeitos no outro acabam surpreendendo e até mesmo “traíndo” aquele que a utiliza.

Os poetas sempre souberam da dificuldade de encontrar simetria entre a linguagem e o que se quer, através dela, representar. Citamos o exemplo de João Cabral de Mello Neto, que, na *Fábula de Anfion* (1947), se mostra impotente diante da palavra (flauta), incapaz de prever/controlar sua trajetória, seus desdobramentos:

Uma flauta: como dominá-la, cavalo solto e louco?

[...]

Uma flauta: como prever suas modulações cavalo solto e louco?

Como traçar suas ondas antecipadamente, como faz

no tempo, o mar?
A flauta, eu a joguei
Aos peixes surdo-
mudos do mar.

Essa sensação de *fracasso* diante da palavra, tantas vezes registrada na produção literária, está também presente nas mais corriqueiras expressões da língua corrente: *Não sei se me fiz entender...; É isso mesmo que você quer dizer?; Não compreendo bem...; Isso não quer dizer nada...*

Pela indicação no fragmento de *Fábula de Anfion* (1947), a linguagem é uma produção da qual o sujeito não é exatamente o agente, mas o efeito. Há, de fato, um “fundo opaco” nas interações que torna o fazer irreduzível ao dizer e que tem a ver com o que Schwartz chama de “corpo-si” e que nós chamamos de sujeito.

Em resumo, a perspectiva que aqui apresentamos entende a linguagem em sua profunda implicação com a subjetividade. Mostra que a especificidade da linguagem humana é realizar-se por meio de uma língua, com toda a complexidade da dimensão enunciativa que lhe é inerente.

O olhar do linguista para a fala viva na atividade de trabalho

Resta considerar o segundo aspecto anunciado na introdução, ou seja, como a competência disciplinar do linguista pode ser utilizada em análises do que acontece na atividade de trabalho. Schwartz (2007, p. 128) reconhece que esse saber é indispensável para que se manipulem conceitos como *linguagem, expressão, verbal e não-verbal*,

¹⁶ “O pequeno “outro”, em Lacan, é um parceiro imaginário. O grande “Outro” é o lugar em que a psicanálise situa, além do parceiro imaginário, aquilo que, anterior e exterior ao sujeito, não obstante o determina”. A própria mãe, “inacessível pelo fato da proibição do incesto, encarna, enquanto objeto radicalmente perdido, a alteridade radical”. O pai é também o Outro, na medida em que sua evocação, no discurso da mãe, impede de confundir as gerações, de deixar de existir uma relação somente dual entre o filho e a mãe. O Outro se confunde ainda com a ordem da linguagem. Também o inconsciente deve ser concebido como o discurso do Outro. É a partir do Outro que o sujeito ordena a vida psíquica, ou seja, “um lugar em que insiste um discurso que é articulado, mesmo que nem sempre seja articulável” (Chemama e Vandermesh, 2007, p. 282).

locutor, sintaxe, que ajudam a pensar a relação linguagem e trabalho.

Boutet (1994) traz à discussão a natureza da intervenção do linguista nesse diálogo¹⁷. Segundo a autora, a especificidade do trabalho do linguista quando confrontado à descrição da fala viva, em comparação, por exemplo, com o trabalho de um sociólogo com a linguagem, é a atenção que ele dá às formas linguísticas. Enquanto o sociólogo tende a olhar os dados discursivos sob o ângulo do conteúdo, indo diretamente “ao que isso quer dizer”, o linguista, em razão de sua técnica e de seu conhecimento sobre a língua, é sensível às diferentes configurações formais utilizadas pelo locutor para se constituir como sujeito do enunciado.

O saber que estamos mobilizando nesta pesquisa, como referido anteriormente, é o da linguística da enunciação de Benveniste, pela qual a linguagem é entendida como faculdade simbólica indissociável do humano, que se realiza em uma *língua*, em uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular (Benveniste, 1988, p. 31). A palavra *língua*, para o autor, serve tanto para designar o produto social da faculdade de linguagem, o conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício da linguagem¹⁸, como os sistemas linguísticos específicos, os idiomas (línguas portuguesa, francesa...). A relação necessária entre subjetividade e linguagem se deixa ver na atualização da língua em discurso, a partir de análises feitas da materialidade de línguas específicas. O linguista não estuda o discurso pelo que ele refere, mas, antes, pela materialidade da verbali-

zação: materialidade da configuração lexical, das organizações sintáticas.

Nosso desafio parece ser, a partir do que é visível, observável, mais ou menos descritível, apreender, a partir da linguagem, esse investimento pessoal na atividade de que a ergologia fala, bastante difícil de captar, pois a linguagem não é transparente, nem unívoca, assim como o sujeito não é diretamente apreensível pelas “marcas” de subjetividade no discurso.

Para tornar mais concretas essas considerações teóricas, trazemos um exemplo de intervenção linguística em verbalizações sobre a atividade de trabalho.

Nomear a atividade de trabalho: implicações subjetivas

A pesquisa, cuja síntese apresentamos a seguir, não toma como objeto a atividade de trabalho propriamente dita, mas, sim, entrevistas com funcionários de um estabelecimento de entretenimento e diversão sobre sua atividade.

Com essa discussão, nosso intuito é promover diálogo entre a teoria enunciativa de Benveniste e os estudos ergológicos. Particularmente, neste estudo, recorreremos à formulação do linguista francês de que, “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (Benveniste, 1989, p. 84). Essa relação com o mundo é, na visão do autor, mediada por um sujeito intersubjetivamente constituído. A designação está, então, implicada com a subjetividade. Não podemos designar as

coisas “por elas mesmas”, pois as nomeamos sempre a partir de “nós”. Assim, as nomeações dizem de nossas relações com as coisas e não das coisas propriamente ditas.

No campo dos estudos ergológicos, além de teorizações de Schwartz sobre a singularidade como constitutiva da experiência de trabalho, valemo-nos de observações de Revuz (2007)¹⁹, psicanalista que, paralelamente à clínica, dedica-se à análise das práticas e dos atores da inserção social e profissional. A autora vê no trabalho uma dupla dimensão: de um lado, ele pertence à realidade, é objeto social, constituído por exigências econômicas, técnicas, físicas e jurídicas. De outro lado, existe como um dos objetos a que o desejo pode visar. Isso significa que, no trabalho, se opera uma “alquimia” entre investimentos psíquicos inconscientes e algo que se inscreve em normas socialmente construídas. Assim, na cena social em que o trabalho se dá, o sujeito projeta o que tem de mais íntimo dentro de si (Revuz, 2007, p. 231), motivo pelo qual a atividade se reveste de uma dimensão enigmática.

Revuz (2007, p. 232) não desconhece que o trabalho está associado à sobrevivência, ao atendimento de exigências econômicas (dimensão do ter), mas ressalta que ele é também portador de investimentos inteiramente subjetivos (dimensão do ser); toda história pessoal é novamente mobilizada no trabalho. Como não é possível explicar integralmente o funcionamento subjetivo, a relação do homem com o trabalho comporta sempre algo da ordem do indizível.

¹⁷ Nesse sentido, o linguista francês Daniel Faïta também tem trazido contribuições. Quando esteve no *I Congresso Internacional Linguagem e Interação*, realizado de 22 a 25 de agosto de 2005, numa iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos, mostrou o engajamento do linguista na análise pluridisciplinar de situações de trabalho. A interlocução com ele faz repensar questões epistemológicas sobre o campo teórico e conceitual dos estudos da linguagem, assim como faz compreender a necessidade de redimensionar procedimentos metodológicos empregados em pesquisas destinadas a compreender a atividade de trabalho, e assim contribuir para o desenvolvimento da situação profissional dos sujeitos trabalhadores (Faïta, 2005).

¹⁸ O que corresponde ao conceito saussuriano de *língua*.

¹⁹ Essa reflexão integra o livro *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*, organizado por Schwartz e Durrive (2007), que apresenta diálogos entre pesquisadores de diferentes campos disciplinares, atravessados pelo enfoque ergológico.

A partir dessas formulações teóricas, oriundas da interlocução entre os campos da enunciação e da ergologia, o objetivo de nossa pesquisa é observar como os trabalhadores entrevistados designam seu fazer para, a partir daí, refletir sobre o engajamento subjetivo na atividade de trabalho.

Os sujeitos da pesquisa são 13 funcionários de um estabelecimento de entretenimento e diversão situado em Porto Alegre, com idade entre 18 e 45 anos, que trabalham no turno da noite e desempenham diferentes atividades, como a de garçom, operador de caixa e auxiliar de serviços gerais.

Começamos a entrevista²⁰ com uma pergunta bastante comum em contatos sociais iniciais: “O que você faz?”²¹, seguida de outras que, de certo modo, parafraseiam a pergunta inicial²². Consideramos que a situação de entrevista coloca em jogo atividades de produção e compreensão de enunciados profundamente assimétricas, pois o ato de enunciação não é uma troca em que uma pessoa decodifica o que a outra teria anteriormente codificado.

Como vimos anteriormente, sob a perspectiva do linguista, não se estuda o discurso pelo que ele refere, mas, sim, pela materialidade da verbalização. Inspirando-nos em Boutet (1994)²³, dirigimos nossa atenção para as operações de categorização da situação profissional por parte dos trabalhadores entrevistados, a partir das configurações sintáticas das respostas às perguntas formuladas. A pesquisa parte do pressuposto que não só diferenciações lexicais são carregadas de significado, mas também as diferenciações sintáticas.

Apesar de todos os entrevistados terem ouvido as mesmas perguntas, com as mesmas unidades linguísticas, as respostas revelam que essas unidades não recobrem os mesmos sentidos atribuídos por eles. Ou seja, é possível localizar traços de modos diferentes de entender as perguntas no discurso produzido como resposta.

As seguintes configurações sintáticas foram levantadas nas respostas às questões formuladas:

- (a) *Eu sou X* (ex: Eu sou caixa);
- (b) *Eu trabalho em Y* (ex: Eu trabalho na copa/no balcão);
- (c) *Eu faço Z* (ex: eu faço trabalho de cozinha) e/ou *Eu + verbo de ação* (ex: eu limpo banheiro, reponho papel).

Nossa hipótese é que os diferentes tipos de predicação encontrados no material de investigação apontam para a representação que o trabalhador faz de sua atividade profissional. Ao destacar essas diferentes configurações sintáticas, a análise linguística coloca em evidência um aspecto importante a ser melhor situado com o auxílio da ergologia, conforme discussão a seguir.

Estrutura sintática *Eu sou X*

Segundo Boutet (1994), por meio de uma estrutura como *Eu sou X*, o entrevistado responde por uma propriedade, por uma posição em relação a uma grade de classificação. Em sua pesquisa, a autora constata que essa estrutura ocorre (i) quando há nomenclatura objetiva, nomes precisos que correspondem a atividades

definidas; (ii) quando a atividade é prestigiada no âmbito social, (iii) quando o sujeito se identifica com ela. Ou seja, com a forma *Eu sou X*, os locutores se situam em relação a uma nomenclatura de profissões e classificações mais ou menos oficial e estandardizada, comum a um conjunto de trabalhadores de uma mesma empresa ou de um mesmo ramo profissional.

A existência, na língua, de uma designação para a profissão pode explicar, em parte, a utilização dessa forma sintática. De fato, se não existe uma designação que categorize a profissão, fica difícil enunciar *Eu sou X*. No entanto, isso não esgota a discussão. Acreditamos que formulações de Benveniste (1988, p. 204-227) sobre o verbo “ser”, no capítulo “*Ser*” e “*ter*” nas suas funções linguísticas, podem contribuir para que se percebam outros aspectos relacionados ao enunciado *Eu sou X*.

Conforme Benveniste (1988, p. 205, grifos do autor), o sentido do verbo “ser” é “ter existência, ser em realidade”, e essa “existência”, essa “realidade” se definem como o que é autêntico, é consistente, verdadeiro.

O verbo “ser”, quando está num enunciado que estabelece identidade entre dois termos nominais, indica a participação em um conjunto: *Pierre é francês* (Benveniste, 1988, p. 206). “Ser” é o estado do *sendo*, daquele que é alguma coisa [...]. Entre os dois termos que une, se estabelece uma relação intrínseca de identidade: é o estado consubstancial.

A estrutura *Eu sou X* ocorre apenas uma vez no material em estudo.

²⁰ As entrevistas foram gravadas em áudio.

²¹ Pergunta semelhante é feita por Boutet (1994), em investigação que envolve seis empresas de metalurgia espalhadas pela França, que, ao contrário do que grande parte dos linguistas fazem, não privilegia a dimensão da palavra, aquela que se oferece, de modo mais imediato, como ponto de apoio para a construção do significado, mas toma como objeto de estudo as relações sintáticas, propondo que sejam vistas como produtoras de significado.

²² As outras perguntas são: (ii) Qual é seu trabalho? (iii) Qual é sua profissão? (iv) Quando lhe perguntam, qual é a sua profissão ou o que faz, o que você responde?

²³ Apesar de inspirada na linguista francesa, nossa análise não se identifica com a dela. Boutet (1994) está preocupada com o fenômeno da construção social do significado; o que nos mobiliza é a natureza do engajamento subjetivo no trabalho.

A entrevistada A4, em resposta à pergunta 1²⁴, enuncia: “Sou chapeleira”. Pela perspectiva de Benveniste, pode-se dizer que esse enunciado sinaliza uma relação intrínseca entre Eu e a profissão designada. Pela perspectiva de Revuz (2007), essa configuração sintática talvez indique que, para essa entrevistada, a atividade de trabalho está associada à dimensão do “ser”. *Eu sou* é uma maneira de apresentar o que faz parte da pessoa, o que constitui sua identidade. A proclamação “ser chapeleira”, então, participa do conjunto de elementos que talvez propiciem à entrevistada tomar contato com a sociedade de maneira valorizada. Embora “ser chapeleira” possa não estar entre os trabalhos socialmente mais prestigiados, de algum modo, ele se apresenta, pelo menos neste ato enunciativo, como parte “da identidade” dessa trabalhadora, por razões relacionadas a sua história pessoal que não nos compete identificar.

A questão do que é ou não valorizado no âmbito das profissões/ocupações é complexa. Revuz (2007, p. 234) comenta que é impossível saber exatamente o que faz com que o trabalhador encontre plenitude nas atividades que realiza.

O que faz com que meu vizinho, na montanha, no silêncio, passe os dias sozinho a fabricar cerâmicas? É uma escolha. O que acontece quando ele maneja a terra, o que faz com que, no caso dele, possa encontrar plenitude naquela atividade, e isto após ter tido uma formação em Altos Estudos Comerciais? É enigmático (Revuz, 2007, p. 234).

Há uma hierarquia de valores historicamente variável, que define a importância de algumas profissões em detrimento de outras. Mas essa hierarquia só adquire sentido para

os indivíduos em função de sua trajetória pessoal (Revuz, 2007, p. 233). Não há nisso nada de mecânico. Por alguma razão, a atividade de trabalho entra em ressonância com traços da história psíquica.

Estrutura sintática *Eu trabalho em Y*

Bem mais frequente é a utilização de *Eu trabalho em Y*²⁵, estrutura pela qual o entrevistado responde à questão não pela designação de uma profissão, mas situando-se em relação ao lugar em que desenvolve suas atividades profissionais. Boutet (1994) considera que uma predicação como essa pode estar relacionada à pluriacentuação do sintagma “O que você faz?”, que conduz a várias interpretações.

Na entrevista 6, o entrevistado S enuncia: *Trabalho no salão de um bar, recolhendo garrafas e copos*. Esta construção exprime uma localização no estabelecimento para, depois, especificar a atividade realizada. Não se pode deixar de considerar que não existe, em português, um substantivo agentivo que corresponda ao ofício de “recolher garrafas e copos”. Assim, o entrevistado vê-se obrigado a recorrer a uma descrição do que faz. Concordamos que as operações de categorização das situações de trabalho estão “subordinadas a situações objetivas concretas” (Boutet, 1994, p. 70). No entanto, – e Boutet não desconhece isto – expressar uma caracterização profissional coloca em jogo diferentes dimensões que, a nosso ver, estão ligadas ao engajamento da subjetividade no trabalho.

Alguns entrevistados respondem à questão proposta também pela forma: *Eu trabalho no bar W*, nomeando o estabelecimento e silenciando sobre o trabalho que ali realiza, nesse

caso, um trabalho de pouco prestígio social. Se os estudos ergológicos têm razão, a referência ao lugar em detrimento do ofício deve dizer algo a respeito do engajamento daquele que diz em relação a seu trabalho.

A validação do fazer se reflete no ser, afirma Revuz (2007, p. 236). O reconhecimento pelo trabalho atua nas pessoas como reconhecimento do que elas são. Vale lembrar que, para a psicanalista, o trabalho, embora esteja ligado à necessidade (dimensão do ter), toca também a dimensão do ser. Quando solicitado a nomear o que faz como trabalho, o trabalhador pode sentir-se pouco à vontade para designar/descrever seu ofício, ou porque ele é pouco valorizado socialmente, ou porque é pouco conhecido. Nesse caso, responder pela nomeação do local – particularmente, se for local prestigiado – pode ser uma saída no sentido de adquirir/manter imagem positiva diante do outro.

Talvez assim se possa explicar essa ocorrência em que o entrevistado responde à questão proposta nomeando o estabelecimento onde trabalha, que tem prestígio na cidade de Porto Alegre. A valorização social do local permite encontrar um *modus vivendi*, uma forma de convívio com o trabalho, que, no entanto, não é jamais estável (Revuz, 2007, p. 228).

Estrutura sintática *Eu faço Z e/ou Eu + verbo de ação*

Nesse caso, os trabalhadores predizam um processo em que a pessoa que fala é o agente. A predicação de processo adquire diferentes formas. Pode ser feita por uma locução verbal, como no enunciado do trabalhador J:

Eu faço serviço geral de limpeza.

²⁴ Para facilitar a leitura da análise, segue-se a enumeração das questões: O que você faz? Qual é seu trabalho? Qual é sua profissão? Quando lhe perguntam, qual é a sua profissão ou o que faz, o que você responde?

²⁵ Houve seis ocorrências dessa estrutura.

Ou por meio de um verbo de ação, como no enunciado de R2:

Eu atendo os clientes.

Para explicar esses casos, valem também as observações de Boutet (1994) anteriormente feitas sobre a polissemia da pergunta e sobre a inexistência, na língua, de designações reconhecidas para esses ofícios. Entretanto, não se pode esquecer que, ao se enunciarem dessa forma, os trabalhadores localizam, para o entrevistador, as atividades que realizam, mesmo que não sejam exatamente valorizadas socialmente. Nesse sentido, salientam-se novamente as considerações de Revuz (2007) a respeito da ressonância que alguns sujeitos encontram entre o que fazem como trabalho e aspectos de sua história pessoal. Isso contribui para explicar o enigma de que se reveste toda a atividade, o qual, embora não possa ser desvendado, não pode ser desconsiderado, pois age o tempo todo no processo de trabalho.

Considerações finais

As interpretações dadas à pergunta do pesquisador raramente levaram à designação de uma profissão (*Eu sou X*). Talvez porque os funcionários desse local sejam confrontados à mobilidade e à transitoriedade; eles têm a experiência cotidiana de um tempo fragmentado.

Com as construções *Eu trabalho em Y*, os funcionários dão maior ênfase ao estabelecimento do que ao próprio fazer, quem sabe por considerarem o local de trabalho como índice de prestígio, em detrimento da atividade propriamente dita, que é colocada em segundo plano, ou é silenciada.

Com as construções *Eu faço Z* ou *Eu + verbo de ação*, os funcionários se localizam no que diz respeito a ações, atividades, operações efetiva-

mente realizadas no exercício de seu trabalho. Situam-se em relação ao que de fato fazem e descrevem de modo mais ou menos explícito uma ou várias operações de seu posto de trabalho.

A nomeação de uma situação varia segundo as pessoas, porque elas não retêm os mesmos traços pertinentes, as mesmas características: isso pode ser explicado pelas observações teóricas sobre as relações linguagem, subjetividade e trabalho. Expressar uma situação profissional como um lugar, como um ambiente, por uma designação (por operações diferentes de designação) coloca em jogo dimensões que estão sob a dependência do “ponto de vista” construído pelos sujeitos sobre a situação. A interpretação se dá em relação às respectivas referências, a determinados universos de pensamento, ao modo como valoram a experiência e a muitos outros aspectos que contribuem para a instituição desse “incontornável” de que falamos no início deste texto.

As teorias da enunciação, ao tomarem a fala do sujeito pelo que ela tem de singular – em função da instanciação no tempo e espaço sempre presente no ato de enunciação – fornecem meios para descrever a linguagem em funcionamento em relação à singularidade do uso feito pelo sujeito que enuncia em uma dada situação. Acreditamos que a análise feita sob essa perspectiva ilustra como pode ser visualizada a imbricação da subjetividade na atividade de trabalho.

A descrição linguística contribui para que se compreenda melhor a afirmação de Revuz (2007, p. 236): “o trabalho capta em nós, exatamente nas mesmas fontes, o que existe de mais íntimo”. Para além de assegurar a sobrevivência, trata-se de um empreendimento subjetivo, “um ir e vir extremamente complexo entre a cena psíquica e a cena social”, como afirma Durrive no diálogo com a psicanalista (Revuz 2007, p. 236).

Uma pergunta pode ainda ser feita: essas configurações sintáticas são oriundas de escolhas dos trabalhadores? A questão da escolha dos sujeitos falantes na elaboração de sua fala é bem complexa e tem sido objeto de debates. A nosso ver, o fato de, ao serem interrogadas, essas pessoas se expressarem por uma ou outra forma não se deve a uma escolha dos entrevistados, a uma “vontade” de comunicação.

Para Benveniste (1988, 1989), a designação está relacionada com a subjetividade. O autor não tem uma teoria do sujeito e, na visão de Flores (2008a), essa noção transcende os quadros da linguística. Isso, no entanto, não significa que não possa ser considerada em estudos feitos por linguistas, desde que se recorra a exterioridades teóricas (Authier-Revuz, 1982, 1995).

É pelo apelo à psicanálise que tomamos a questão do sujeito. Cremos que conceber o sujeito como transcendendo os limites do eu e da consciência, polarizado entre o si mesmo e o outro, talvez possa auxiliar a entender melhor o aspecto, destacado por Schwartz (1997), de que o dizer não recobre o fazer. A linguagem, a partir da consideração do inconsciente, não pode mais ser dita como referindo o mundo. Entre as palavras e as coisas, existe uma intermediação importante: um sujeito “capaz de desejo e não-simetrizável”, (Milner, 1987). A intervenção desse olhar no dispositivo ergológico pode trazer novas luzes à compreensão do que acontece quando o sujeito está em atividade de trabalho (Teixeira, 2008).

Concluimos este artigo com uma afirmação de Schwartz (1997, p. 3): O trabalho não é “jamais uma realidade simples”. Nada mais justo, então, do que buscar caminhos inovadores para procurar compreendê-lo. Fica o convite a quem quiser tentar conosco.

Referências

- AMORIM, M. 2001. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo, Musa, 304 p.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1982. Hétérogénéité montrée, hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *D.R.L.A.V.*, 26:91-151.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1995. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris, Larousse, 869 p.
- AUTHIER-REVUZ, J. 2008. A representação do discurso outro: um campo múltiplemente heterogêneo. *Calidoscópio*, 6(2):107-109.
- BENVENISTE, É. 1988. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, Pontes, 387 p.
- BENVENISTE, É. 1989. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, Pontes, 294 p.
- BOUTET, J. 1994. *Construire le sens*. Bern, Peter Lang, 238 p.
- CABRAL, E.O. 2008. *Nomear a atividade de trabalho: implicações subjetivas*. São Leopoldo, RS. Trabalho de Conclusão do Curso de Letras. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 63 p.
- CHEMAMA, R.; VANDERMERSCH, B. 2007. *Dicionário de psicanálise*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 399 p.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J.-B.; MEVEL, J.-P. 1995. *Dicionário de linguística*. 5ª ed., São Paulo, Cultrix, 653 p.
- DUFOUR, D.-R. 2000. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 435 p.
- DESSONS, G. 2006. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris, Editions In Press, 220 p.
- FAÍTA, D. 2005. *Análise dialógica da atividade profissional*. Rio de Janeiro, Imprinta Express Editora, 149 p.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. 2005. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 125 p.
- FLORES, V. N. 2008a. Sujeito da enunciação e/ou sujeito do enunciado? Exterioridade e interioridade teórica no campo da linguística da enunciação. In: C.L.B. MATZENAUER (org.), *Estudos da linguagem: VII Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*. Pelotas, EDUCAT, p. 87-104.
- FLORES, V.N. 2008b. Sujet de l'énonciation et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative. In: C. NORMAND (coord.), *Paralleles Floues: vers une théorie de l'activité de langage*. [no prelo].
- HENRY, P. 1992. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 241 p.
- LACAN J. 2003. *A identificação. Seminário 1961-1962*. Recife, Centro de Estudos Freudianos do Recife, 442 p.
- MILNER, J.-C. 1987. *O amor da língua*. Porto Alegre, Artes Médicas, 82 p.
- NETO, J.C. de M. 1947. A fábula de Anfion. In: J.C. de M. NETO, *Psicologia da Composição*. Barcelona, O Livro Inconspicuo.
- REVUZ, C. 2007. O trabalho e o sujeito. In: Y. SCHWARTZ; L. DURRIVE (orgs.), *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói, EdUFF, p. 225-245.
- SCHWARTZ, Y. 2007. A linguagem em trabalho. In: Y. SCHWARTZ; L. DURRIVE (orgs.), *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói, EdUFF, p. 131-188.
- SCHWARTZ, Y. 2000. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse, OCTARES, 763 p.
- SCHWARTZ, Y. (org.). 1997. *Reconnaisances du travail. Pour une approche ergologique*. Paris, PUF, 323 p.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.) 2007. *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói, EdUFF, 300 p.
- TEIXEIRA, M.; FERREIRA, S. 2008. Leitura na escola: um barco à deriva? *Letras de Hoje*, 43(1):63-68.
- TEIXEIRA, M. 2008. Quando a singularidade intervém na atividade de trabalho. In: W. EMEDIATO; I.L. MACHADO; R. de MELLO (org.), *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: emoção, ethos e argumentação*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. [CD-ROM].

Submetido em: 20/07/2009

Aceito em: 30/08/2009

Marlene Teixeira
Unisinos
Av. Unisinos, 950, Cristo Rei
93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil

Éderson de Oliveira Cabral
Unisinos
Av. Unisinos, 950, Cristo Rei
93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil